



Estado do Rio Grande do Norte

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) 08.221.137/0001-88
PODER LEGISLATIVO



Ata da Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Fernando-RN, relativa à primeira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura, realizada no dia 04 de junho do ano de 2025.

Ao nono dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), às 17h30min (dezessete horas e trinta minutos), reuniu-se a Câmara Municipal de São Fernando, Estado do Rio Grande do Norte, situada a Rua Capitão João Florêncio nº45, Centro, São Fernando/RN, presidida pelo vereador **José Dinovan de Araújo**. Na oportunidade compareceram e assinaram o livro de presença os seguintes Vereadores: **Dionísio Eulámpio dos Santos Neto, Rubinaldo Dantas, Fernanda Lins de Medeiros Maia, Ianne Brilhante de Araújo, Francisco das Chagas Medeiros, Jubson Simões e Misael Bruno de Araújo Silva**. Havendo quórum legal, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, sendo assim, convidou a secretária da mesa **Fernanda Lins de Medeiros Maia** para fazer a leitura da Ata da sessão anterior. Após a leitura da ata, a mesma foi votada e aprovada. Em seguida, o Sr. Presidente autorizou a secretária da mesa para fazer a leitura das matérias encaminhadas: **PROJETO DE LEI Nº 24/2025** – de autoria do Poder Executivo – Autoriza o Poder Executivo a doar terreno pertencente ao Patrimônio Público Municipal e dá outras providências. **REQUERIMENTO Nº 082/2025** – de autoria do vereador José Dinovan de Araújo, Solicita ao Poder Executivo a construção de uma pista de caminhada na entrada da cidade. **REQUERIMENTO Nº 083/2025** – de autoria do vereador José Dinovan de Araújo, Solicita ao Poder Executivo providências para a aquisição de uma usina de reciclagem de resíduos da construção civil e um triturador de restos de poda. **REQUERIMENTO Nº 084/2025** – de autoria do vereador Francisco das Chagas Medeiros, Solicita contratação de um médico geriatra para atendimento ao grupo de idosos do município de São Fernando/RN. **REQUERIMENTO Nº 085/2025** – de autoria do vereador Francisco das Chagas Medeiros, Solicita alteração no horário limite para festas particulares estabelecido no Decreto Municipal nº 0809/2025. **INDICAÇÃO Nº 006/2025** – de autoria do vereador Dionísio Eulámpio dos Santos Neto, solicitando faixa de pedestre e redutor de velocidade em frente as escolas da zona rural. **INDICAÇÃO Nº 007/2025** – de autoria do vereador Dionísio Eulámpio dos Santos Neto, solicitação de designação de vigia para escolas da zona rural. **INDICAÇÃO Nº 008/2025** – de autoria do vereador Dionísio Eulámpio dos Santos Neto, solicitação de conserto de mata-burro na Comunidade Vassoura. **Fez o uso da Palavra o Vereador Dionísio Eulámpio dos Santos Neto**, Senhor Presidente, senhores vereadores, vereadoras, servidores desta Casa, cidadãos que nos acompanham, hoje dou entrada em três indicações nesta Casa Legislativa. A primeira trata de uma solicitação que já fiz anteriormente, há bastante tempo, mas que hoje reitero pela última vez, com o intuito de alertar para um problema que, infelizmente, permanece sem solução. Como diz o ditado: "quem avisa, amigo é". Tenho acompanhado de perto a situação da zona rural do nosso município, principalmente no que diz respeito à segurança do trânsito em frente às escolas municipais. Constatado diariamente o risco ao qual nossos alunos estão expostos. Há reclamações recorrentes de pais e responsáveis. Não há sinalização adequada, não há redutores de velocidade, tampouco placas educativas. Em discussão com o vereador Jubson comentaram que em algumas localidades, veículos trafegam a 80, 100 km/h em frente a unidades escolares. A situação é extremamente preocupante. Retomando a fala o vereador Dionísio reiterou o pedido ao Poder Executivo para que sejam instaladas faixas de pedestre, redutores de velocidade e placas educativas de trânsito em frente às escolas municipais, especialmente na zona rural. É uma medida preventiva e urgente, pois, infelizmente, mesmo com a devida sinalização, ainda há motoristas que não respeitam. No entanto, com essas medidas, o poder público cumpre seu papel de precaver e proteger. Lembro, com pesar, do acidente ocorrido em Barra de Santana, que vitimou um pai e sua filha. Na ocasião, o vereador Jubira lamentou em vídeo que havia feito reiteradas solicitações antes da tragédia. Não podemos esperar que o pior

Poder Legislativo – São Fernando - RN

Rua Capitão João Florêncio nº 45 – Centro São Fernando-RN

Edifício Vereador Tobias Fernandes

e-Mail: camaralegislativo2023@gmail.com



Estado do Rio Grande do Norte

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) 08.221.137/0001-88
PODER LEGISLATIVO



aconteça para tomarmos providências. Medidas simples como estas podem salvar vidas. Ainda nesse contexto, apresento outra indicação, solicitando a designação de vigias para escolas da zona rural, em especial para as Escolas Luiz Conrado e Monsenhor Walfredo Gurgel. É fundamental garantir que os alunos permaneçam em segurança no ambiente escolar. A ausência de um vigia pode permitir, por exemplo, que uma criança saia despercebida pelo portão, colocando-se em risco. Além disso, a presença de um vigia inibe ações de terceiros mal-intencionados e contribui para a organização da escola. A terceira solicitação refere-se à necessidade urgente de reparo ou substituição do mata-burro localizado na comunidade vassoura, nas proximidades da casa de Costa. O fluxo de veículos pesados caminhões de material de construção e transporte para a barragem tem danificado essa estrutura, tornando perigosa a passagem de veículos pequenos, que acabam arrastando no solo. É preciso uma intervenção imediata para evitar prejuízos aos moradores que utilizam aquela via. Além dessas indicações, aproveito para fazer um requerimento oral: que o Poder Executivo estude a viabilidade de implantar um sistema de monitoramento por câmeras em pontos estratégicos do município, tanto na zona urbana quanto rural. Trata-se de um investimento em segurança pública e prevenção de delitos. cidades como Timbaúba dos Batistas já contam com esse tipo de monitoramento e têm tido bons resultados. Acreditamos que o município de São Fernando, mesmo sendo pequeno, pode viabilizar esse projeto, inclusive por meio de emendas parlamentares. Em parte, a vereadora Fernanda cita ainda o caso do assalto ocorrido na residência do senhor Zé Orlando, onde não houve testemunhas nem registros. Um sistema de câmeras teria ajudado na identificação dos suspeitos. Da mesma forma, haveria utilidade nas escolas, tanto para prevenir acidentes quanto para registrar comportamentos suspeitos. Retomando sua fala o vereador Dionísio por fim, não poderia encerrar sem registrar minha solidariedade à enfermeira do nosso município, que teria sido vítima de machismo e desrespeito por parte de um agente de segurança pública durante o exercício de suas funções. É lamentável que atitudes como essa ainda ocorram. Precisamos, como representantes do povo, repudiar veementemente qualquer forma de violência, desrespeito ou abuso de autoridade, especialmente contra mulheres. Nesse contexto, trouxe à tona o trágico caso de Zaira Cruz, brutalmente assassinada em 2019, e reforço a importância de mantermos a luta para que esse crime não fique impune. Devemos nos unir, como sociedade, para combater o feminicídio e toda forma de violência de gênero. Aproveito ainda para informar que, conforme apurado, o poço artesiano perfurado na comunidade Ramada, na terra do senhor Joaquim de Eneias, atingiu 128 metros e apresentou vazão de água, sendo necessária a retomada dos trabalhos no dia seguinte. Parabenizo a vereadora Anna Aline pela articulação e empenho para que esse benefício chegasse à comunidade. Encerrando, agradeço aos colegas que contribuíram com apartes e reforço que nossas solicitações não são apenas de interesse pessoal, mas representam demandas legítimas da população. Esperamos que o Executivo Municipal atenda a essas indicações com a urgência e sensibilidade que o momento exige. Muito obrigado, fiquem todos com Deus e até a próxima sessão. **Fez o uso da Palavra o Vereador Jubson Simões**, no qual saúda todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. Antes de iniciar a apresentação das minhas matérias, gostaria de me associar ao ofício apresentado nesta Casa pelo vereador Rubinaldo Dantas, direcionado à SEMAR, solicitando o escoramento de pedras na parede do açude do São Gerônimo. A medida é de extrema importância, uma vez que as águas oriundas do reservatório de Oiticicas, futuramente, alcançarão aquela estrutura. Por isso, é necessário que o Estado tome providências imediatas. Quero também me solidarizar com as palavras do vereador Dionísio, no tocante ao bárbaro crime ocorrido em Caicó, cuja vítima foi a jovem Zaira Cruz, durante o Carnaval. Conforme consta no processo, o acusado é um policial militar. É importante que a sociedade continue mobilizada, especialmente nas redes sociais, para que esse caso não caia no esquecimento e que a justiça seja efetivamente feita. Como advogado, sei que os processos



Estado do Rio Grande do Norte

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) 08.221.137/0001-88
PODER LEGISLATIVO



criminais oferecem diversos recursos à defesa, e nesse caso específico, houve o desaforamento do julgamento para Natal, afastando-o da repercussão local. Trata-se de uma estratégia comum da defesa, que busca reduzir a pressão popular e, possivelmente, garantir uma sentença mais branda. É fundamental estarmos atentos e cobrarmos justiça. Cito ainda outro caso em que atuei, também envolvendo um policial militar, que atirou contra um cidadão após um acidente de trânsito. Mesmo após os disparos, ele foi apenas detido no quartel, sem prisão em regime comum, usufruindo de regalias. A impunidade pode ser perigosa, e por isso reitero a necessidade de vigilância e mobilização social. Retornando às questões do nosso município, gostaria de solicitar aos colegas vereadores que conversemos com o prefeito. Precisamos garantir que os requerimentos e indicações aprovados nesta Casa, e que o Executivo declara ter condições de atender, sejam de fato executados. Cito, como exemplo, a indicação de instalação de torneiras automáticas nas escolas e repartições públicas. O prefeito respondeu positivamente, mas até o momento, nada foi feito. É preciso que a execução seja comunicada oficialmente à Câmara. Além disso, quero reforçar demandas esquecidas, como a construção da passagem molhada, que não vem sendo debatida, e o abatedouro público, que permanece em situação crítica. Animais continuam sendo abatidos em condições insalubres, o que representa risco à saúde pública. Precisamos unir forças políticas prefeito, vice e vereadores para viabilizar emendas parlamentares e tirar do papel esse projeto urgente. Outra preocupação é com as famílias residentes nas agrovilas. Muitas estão abandonando o local pela ausência de infraestrutura básica, especialmente abastecimento d'água. O Estado não pode simplesmente doar moradias e depois deixar essas famílias à própria sorte. É preciso que haja uma política séria de manutenção e suporte para essas comunidades. Também tramitam nesta Casa matérias relevantes, como o novo Código de Posturas. Contudo, após análise da assessoria jurídica, foram identificadas distorções sérias. O projeto encaminhado pelo Executivo contém mais de 400 artigos, muitos deles desconectados da realidade atual do município. Um exemplo absurdo: proibição de uso de fantasias no Carnaval. É necessário revisar integralmente esse projeto, dialogar com a população e propor um texto adequado à vida moderna e à realidade de São Fernando. Em relação ao IPTU, outro ponto de atenção: temos visto aumentos consideráveis. A vereadora Fernanda Lins apresentou um projeto de isenção para contribuintes com renda de até dois salários mínimos, medida já adotada em diversos municípios do país. No entanto, o prefeito vetou integralmente a proposta, alegando afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal. O que nos surpreende é a ausência de diálogo: nem a autora do projeto foi procurada para discutir o veto, tampouco os demais vereadores da base. Precisamos estabelecer um canal de comunicação mais direto entre o Executivo e esta Casa. A ausência desse diálogo afeta diretamente nossa atuação parlamentar e compromete o atendimento à população. Destaco ainda a necessidade de maior atenção ao funcionamento da usina de energia solar. Aprovamos financiamento e projeto, mas não temos clareza sobre sua execução. Em discussão com a vereadora Fernanda comentaram que em informações não oficiais indicam que 70% já está funcionando, e que faltam apenas duas miniusinas serem ligadas pela Neoenergia. Ainda assim, falta transparência do Executivo com esta Casa. Retomando a fala o vereador Jubson apresentou outro ponto importante: o pátio da cidade. O recurso inicial de R\$ 107 mil foi destinado há anos, mas a obra segue inacabada. Em discussão com a vereadora Ianne comentaram que precisamos de um pátio digno, que valorize a entrada do nosso município. Peço que o prefeito busque novos recursos para a revitalização do local. Retomando a fala o vereador Jubson aproveita também para apoiar a proposição do presidente desta Casa sobre a construção de uma pista de caminhada, inspirada no exemplo de Cruzeta. Essa é uma obra simples, mas de grande impacto na qualidade de vida da população. Por fim, reforço a urgência de articulações políticas. Estamos em um ano pré-eleitoral e temos pouco tempo para garantir recursos. Precisamos intensificar os diálogos com nossos representantes estaduais e federais, pois



Estado do Rio Grande do Norte

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) 08.221.137/0001-88
PODER LEGISLATIVO



somente assim conseguiremos viabilizar as obras que São Fernando precisa. **Fez o uso da Palavra a Vereadora Fernanda Lins de Medeiros Maia**, no qual saúda todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. A vereadora parabenizou o caráter participativo da sessão, destacando a importância do diálogo entre os vereadores e a troca de ideias como elemento enriquecedor do processo legislativo. Em seguida, trouxe à tona sua surpresa e insatisfação com o veto do Poder Executivo ao seu projeto de lei que propõe a isenção do IPTU para idosos com renda de até dois salários mínimos e que possuam apenas o imóvel em que residem. A vereadora expressou perplexidade com a justificativa do veto, a qual alegou perda de arrecadação como argumento para a não sanção da matéria. Fernanda contrapôs tal justificativa, afirmando que a proposta está em conformidade com o Estatuto do Idoso e que cidades em todo o país já adotam medidas semelhantes. Ressaltou que os critérios utilizados no projeto foram extraídos diretamente da legislação federal e que a parcela de idosos beneficiados seria pequena, o que não justificaria o impacto alegado pelo Executivo. A vereadora também recordou que esta Casa Legislativa já aprovou anteriormente isenções para beneficiários de programas sociais com relação à taxa de coleta de lixo, sem que houvesse veto por parte do Executivo. Assim, reiterou que o projeto é constitucional e foi elaborado com o suporte técnico do setor jurídico da Câmara Municipal. Declarou publicamente que votará contra o veto e solicitou apoio dos demais parlamentares para garantir esse direito aos idosos. Ainda durante sua fala, em discussão com os vereadores Jubson e Dionísio abordaram a situação da passagem molhada, mencionando que inicialmente o projeto seria executado em outro local, mas por questões orçamentárias foi decidido que seria mais viável sua construção onde foi originalmente solicitado pelos vereadores. Retomando a fala a vereadora lamentou a falta de comunicação entre o Executivo e o Legislativo a respeito da decisão, ressaltando a necessidade de maior transparência e diálogo institucional. Na sequência, manifestou apoio ao ofício apresentado pelo vereador Rubinaldo Dantas, relativo às obras da barragem. Aproveitando o tema, apresentou requerimento oral solicitando que o município, por meio da EMATER e em parceria com o SEBRAE, realize um estudo técnico sobre as terras que serão beneficiadas pelas águas da barragem, com o objetivo de orientar os agricultores sobre cultivos adequados. A vereadora também abordou a problemática do excesso de velocidade, relatando situações de imprudência por parte de motoristas em frente às escolas municipais. Solicitou, por meio de requerimento oral, a construção de novos redutores de velocidade com faixa de pedestres em frente ao Colégio Padre Francisco Rafael Fernandes e ao seu anexo, bem como o retorno do programa de ronda escolar pela Polícia Militar. Por fim, solicitou, também por requerimento oral, melhorias na via que liga a entrada do município ao CRAS, com a construção de pista de caminhada nas duas laterais, a fim de atender à crescente demanda de praticantes de atividade física, especialmente em vista da futura realização da primeira corrida de Nossa Senhora. Em parte, a vereadora também comentou ainda as dificuldades enfrentadas pelos usuários da pista de caminhada da quadra por causa da areninha, cuja estrutura foi prejudicada pela movimentação de maquinário pesado, dificultando o uso do espaço. Encerrando sua fala, a vereadora Fernanda Lins agradeceu aos presentes e reiterou seu compromisso com a população, especialmente com os idosos, agricultores, estudantes e praticantes de esportes, reafirmando sua disposição em continuar lutando por melhorias concretas para o município. **Fez o uso da Palavra o Vereador Rubinaldo Dantas**, no qual saúda todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. Inicialmente, gostaria de estender um convite especial aos colegas desta Casa Legislativa, especialmente àqueles com mais de 50 anos de idade, para que participemos da corrida prevista para o mês de novembro. Que possamos, com espírito esportivo e saudável, competir com os mais jovens e testar nosso preparo físico. É um gesto de união e saúde, e conto com a presença de todos. Aproveito também esta oportunidade para comunicar que encaminhei à Secretaria competente um ofício solicitando a



Estado do Rio Grande do Norte

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) 08.221.137/0001-88
PODER LEGISLATIVO



construção de um muro de contenção no Açude do São Gerônimo. Ressalto que esse açude recebe águas pluviais e tem papel essencial na distribuição hídrica para grande parte da nossa zona rural. Importante frisar que, até o momento, o Açude do São Gerônimo não foi contemplado com nenhuma benfeitoria relacionada à barragem, sendo assim, espera-se sensibilidade por parte da Secretaria de Recursos Hídricos para atender essa demanda através do grupo de proteção do açude. Outro ponto que me preocupa é a iminente escassez de recursos hídricos. O prefeito Genilson demonstra confiança na execução da obra da adutora por parte do Estado, mas o que vemos é lentidão e falta de boa vontade política. Acreditamos que a obra precisa ser acelerada, pois nossa população necessita de acesso à água. A solução precisa vir de onde há disponibilidade hídrica como do Rio Piranhas por meio de obras estruturantes, sustentáveis e de longo prazo. Sabemos que períodos de estiagem severa, como o de 2012 a 2018, podem se repetir, e é necessário estar preparado. Gostaria também de manifestar minha opinião acerca do decreto municipal que estabelece limites de horário para utilização de som automotivo e similares. Tenho visto críticas nas redes sociais, mas entendo que o decreto é necessário. Sugiro que, aos finais de semana, seja permitido até uma hora ou duas da manhã, desde que com som controlado. Durante a semana, acredito que até meia-noite seja um horário justo, considerando que muitos cidadãos trabalham no dia seguinte e necessitam de descanso. Devemos respeitar tanto quem quer lazer quanto quem tem obrigações. O decreto, a meu ver, vem em boa hora. Assim como houve adequações nas leis eleitorais, que extinguiram os excessos de campanhas com showmícios e reduziram os custos de campanhas modestas, este decreto também traz mais equilíbrio e qualidade de vida para quem reside tanto na sede quanto na zona rural. Todos merecem respeito inclusive aqueles que enfrentam doenças e sofrem com sons em alto volume em horários inadequados. Quero também reforçar a importância de investimentos em vigilância eletrônica no município. Desde os assaltos ocorridos em nosso comércio e na zona rural, percebemos a necessidade de instalação de câmeras de monitoramento, o que já foi inclusive sugerido anteriormente. Esses dispositivos auxiliam nas investigações e servem como fator de inibição à criminalidade. A ausência de câmeras em casos recentes dificultou a identificação de suspeitos. Segurança pública também é feita com prevenção. Em parte, sobre a adutora, o vereador Dionísio, a cobrança precisa continuar. Houve promessas de diligências e visitas técnicas, mas não temos notícias concretas sobre sua execução. O reservatório da Boa Vista, que abastece grande parte daquela região, já se encontra em situação crítica. Temos pouco tempo aproximadamente 60 dias para resolver a questão da água nas comunidades rurais, visto que o período chuvoso já praticamente se encerrou com precipitações insuficientes e irregulares. Retomando a fala destaque ainda que as chuvas recentes foram predominantemente finas, sem força para acumulação nos açudes. O solo absorveu rapidamente as águas, agravando a situação hídrica. Sugiro, inclusive, que se avalie a possibilidade de implementar uma solução emergencial utilizando a infraestrutura existente no sítio Cruz, onde já há energia elétrica e tubulações que poderiam ser adaptadas, ainda que provisoriamente, para auxiliar na distribuição de água até a comunidade de Boa Vista. É um caminho mais rápido, enquanto a obra definitiva que entendemos vir de Juazeiro não se concretiza. Encerro agradecendo o espaço e reforçando nosso compromisso com o bem-estar da população rural e urbana de nosso município. Que possamos, com seriedade e união, enfrentar os desafios que se apresentam. **Fez o uso da Palavra o Vereador Francisco das Chagas Medeiros**, no qual saúda todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. Quero iniciar minha fala agradecendo o convite que recebi da Escola Municipal Padre Rafael Fernandes para participar da comemoração do Dia das Mães. O evento contou também com a presença dos colegas vereadores Dionísio, José de Dinovan, Fernanda e Ianne. Registro aqui meus parabéns ao diretor da escola e toda a equipe envolvida pela belíssima e participativa festa em homenagem às mães. Foi uma ocasião de grande significado e sensibilidade. Em relação aos requerimentos apresentados nesta



Estado do Rio Grande do Norte

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) 08.221.137/0001-88
PODER LEGISLATIVO



Casa, gostaria de destacar um pedido de minha autoria para que os pacientes que se deslocam até a cidade de Caicó possam ser acompanhados por um técnico de enfermagem. Isso garantiria mais segurança durante o trajeto e facilitaria eventuais atendimentos hospitalares, como exames ou internações. Também protocolei requerimento solicitando a contratação de um médico geriatra para o município. A saúde da população idosa deve ser uma prioridade. O senhor prefeito demonstrou preocupação com os idosos ao emitir um decreto relacionado a eventos e som alto, mas entendo que é preciso mais do que isso: é necessário oferecer atenção médica especializada. Um geriatra seria essencial nesse cuidado. Aproveito para abordar o referido decreto que limita o horário de eventos públicos e som automotivo. Embora reconheça a importância da ordem e do respeito ao sossego público, considero que um limite até 1h30 da manhã, com controle de som, seria razoável. Recebi relatos de comerciantes, como vendedores de bebidas, que alegam prejuízos financeiros significativos em decorrência do novo horário. O equilíbrio entre o direito ao descanso e o direito ao trabalho precisa ser debatido com mais diálogo entre as partes envolvidas. Outro ponto importante: estive na Rua Joaquim José de Araújo e constatei o estado de total escuridão naquela via. A iluminação pública é um direito dos cidadãos, e todos nós pagamos por esse serviço. Em parte, a vereadora Fernanda diz já ter protocolado requerimento para instalação de postes e melhoria da iluminação naquela localidade, especialmente próximo à residência da Sra. Cotó. Sugiro também o uso de postes com inclinação adequada para maior alcance da luz, contornando o problema causado por árvores que encobrem as lâmpadas. Em parte, o vereador Dionísio comentou que é possível conciliar arborização com iluminação eficiente, mas para isso é necessário planejamento técnico e audiências públicas para discutir a ocupação urbana. Retomando a fala também manifestei minha preocupação com o andamento de projetos aprovados nesta Casa e que ainda não foram executados pela gestão municipal. Cito, por exemplo, o projeto de iniciativa da vereadora Fernanda que previa o treinamento de agentes de saúde para formação de um banco de doadores de sangue no município. Um projeto viável, de custo reduzido e de grande impacto social, mas que infelizmente não foi implantado. Isso demonstra falta de vontade política em priorizar ações que realmente beneficiem a população. Lamento ainda o veto do Executivo a projetos importantes desta Casa, especialmente aqueles voltados aos idosos. Como vereador, sempre estarei ao lado de políticas públicas que garantam dignidade e qualidade de vida para a terceira idade. Reafirmo meu apoio à vereadora Fernanda em suas iniciativas e projetos. Em parte, o vereador Rubinaldo apresentou sugestão de requerimento para construção de um ponto de espera para passageiros na Agrovila. Muitos moradores aguardam transporte embaixo de árvores ou expostos ao tempo. A construção de um abrigo simples, mas digno, seria um gesto de respeito com a população rural. Retomando a fala o vereador Francisco das Chagas agradeceu a atenção dos colegas vereadores, da Mesa Diretora e da população que nos acompanha. Seguiremos firmes no compromisso com o bem-estar do povo de São Fernando. **Fez o uso da Palavra o Vereador Misael Bruno de Araújo Silva**, no qual saúda todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. Nesta sessão, não trago requerimentos ou pedidos formais, mas gostaria de usar este espaço para comentar algumas situações relevantes para o nosso município. Inicialmente, parabeno o senhor presidente pela proposição relacionada à criação de uma pista de caminhada. Apoio integralmente essa ideia, pois acredito que São Fernando deveria seguir o exemplo de municípios vizinhos, como Cruzeta e Timbaúba dos Batistas, que investiram em estruturas que valorizam suas entradas e incentivam a prática de atividades físicas. Na noite de ontem, fui procurado por um cidadão que costuma caminhar até a região do Alto maior, e reforçou a necessidade de um espaço apropriado para caminhadas. Embora o senhor presidente já tenha apresentado a solicitação, reforço aqui sua importância. O município de São Fernando carece de alternativas nesse sentido. Sabemos que existem locais onde a população caminha, como o complexo poliesportivo, mas é



Estado do Rio Grande do Norte

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) 08.221.137/0001-88
PODER LEGISLATIVO



compreensível que as pessoas busquem novos ambientes mais abertos, mais variados uma vez que a rotina no mesmo espaço acaba se tornando monótona. A construção de uma pista até o Alto maior seria um investimento significativo. Muitos munícipes caminham também em direção ao bairro Pé de Serra, próximo ao Monte Pascoal, e enfrentam o tráfego de veículos e a poeira. A pista garantiria segurança, qualidade de vida e incentivo à saúde. Reforço que essa é uma demanda antiga inclusive, eu já havia apresentado esse requerimento anteriormente, junto com outros vereadores e seria muito válido se o município conseguisse uma emenda para executar essa obra. Outro ponto que merece atenção é a questão da segurança nas estradas. Muitos caminhantes utilizam a contramão por receio dos carros que trafegam na via, o que aumenta o risco de acidentes, já que não há espaço ou acostamento adequados. É uma situação preocupante e que justifica ainda mais a necessidade dessa infraestrutura. Aproveito para mencionar também que recebi algumas informações sobre suposta falta de equipamentos de informática como impressoras e computadores no atendimento da zona rural, especificamente na unidade de saúde da comunidade Boa Vista. Pessoas relataram que os atendimentos estavam sendo comprometidos e documentos estavam sendo impressos na escola por falta de impressoras. Ainda vou averiguar pessoalmente junto à Secretaria de Saúde, mas, se confirmado, pretendo formalizar um pedido para aquisição desses equipamentos, considerando sua importância para um atendimento digno à população rural. Fiquei também satisfeito ao verificar que as estradas na zona rural do Umarizeiro estão sendo recuperadas. Passei pelo local e vi que a máquina estava operando, e o serviço estava sendo bem executado. A situação era crítica, mas a melhoria está sendo significativa. Por fim, gostaria de comentar sobre o Projeto de Lei nº 24, que trata da doação de terrenos. Não sou contrário à doação de terrenos para instituições, especialmente quando se trata de fins sociais ou comunitários. No entanto, me preocupo com a proposta atual. O projeto menciona a doação a uma entidade que, aparentemente, é de cunho religioso, mas ainda temos poucas informações concretas sobre suas atividades, origem e objetivos no município. Entendo que não devemos impedir ações benéficas, mas precisamos de transparência e esclarecimentos. É necessário sabermos que tipo de trabalho será desenvolvido, que contrapartida será oferecida ao município, e se de fato a população será beneficiada. Mais ainda: é preciso refletir sobre os moradores antigos de São Fernando que vivem há décadas em imóveis pertencentes ao município e que ainda não tiveram acesso à regularização fundiária. Ou mesmo sobre cidadãos locais que há muito tempo esperam um terreno para construir sua casa ou seu pequeno comércio. Em parte, o vereador Dionísio agradeceu ao vereador Misael Bruno pela concessão da parte. Gostaria de comentar, primeiramente, sobre a questão da pista de caminhada. Há cerca de dois anos, protocolei um requerimento solicitando a construção de uma pista de caminhada às margens da RN-083, que liga São Fernando a Caicó. À época, a resposta do Poder Executivo foi de que não havia necessidade para a construção de uma nova pista, sob a justificativa de que o município já dispunha de um espaço adequado para a prática de atividades físicas, qual seja o Complexo Poliesportivo. Além disso, a resposta destacou que, sendo esta nova pista às margens da rodovia, ela ofereceria risco à segurança dos munícipes que a utilizassem. Entretanto, é importante destacar que, mesmo diante dessas justificativas, o que se verifica na prática é que a população continua utilizando o acostamento da própria RN para caminhar, o que, sem dúvida, é ainda mais perigoso do que se houvesse uma pista adequada e planejada. Reforço, portanto, que o município deve reavaliar essa necessidade, pois a prática de atividades físicas em espaço seguro é um direito da população. Inclusive, ontem mesmo, um cidadão voltou a me procurar com a mesma demanda creio até que tenha sido o mesmo que procurou o vereador Dinovan e, como justificativa, informei que já havia protocolado anteriormente esse requerimento e qual foi a resposta obtida. Quanto ao projeto de lei em tramitação nesta Casa, que trata da doação de terreno a uma entidade aparentemente uma ONG, ressalto que já dialoguei com o presidente desta Câmara e ficou acordado



Estado do Rio Grande do Norte

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) 08.221.137/0001-88
PODER LEGISLATIVO



que convocaremos representantes dessa entidade para uma reunião no momento em que o projeto for apreciado pelas comissões. É fundamental que essa entidade possa expor seus objetivos, metas, os serviços que pretende oferecer à população de São Fernando, e de que forma esses serviços vão, de fato, beneficiar o município. Sabemos que há muitos munícipes que sonham com a aquisição de um terreno para construir sua residência, abrir um pequeno negócio, ou apenas garantir o seu direito à moradia digna, e infelizmente não têm acesso a esse benefício. Portanto, quando estivermos diante de uma proposta de doação de patrimônio público, é imprescindível que haja respaldo, transparência e análise criteriosa. Na comissão, se necessário for, poderemos também propor emendas ao projeto, para garantir que qualquer cessão de terreno esteja vinculada a obrigações claras e compromissos concretos por parte da entidade beneficiária, evitando assim que o bem público seja utilizado de maneira inadequada ou sem retorno à comunidade. Essas são minhas considerações, senhor presidente. Muito obrigado a todos. Em parte, o vereador Chagas agradeceu ao vereador pela concessão da parte. Gostaria de expressar meu total acordo com Vossa Excelência no tocante ao projeto de doação de terreno enviado pela Prefeitura a esta Casa Legislativa. Entendo que, antes de qualquer tramitação, deveria haver um diálogo prévio com a base de apoio e com todos os vereadores, a fim de justificar os reais motivos e objetivos desse projeto. É essencial que saibamos que tipo de atendimento essa entidade pretende oferecer ao município, e quais serão, de fato, os benefícios concretos à população de São Fernando. Além disso, seria de grande importância que realizássemos visitas aos locais onde essa ONG já atua, para que possamos constatar os resultados obtidos, verificar os serviços prestados e os impactos reais de suas atividades. Precisamos ter essa base de informações para saber exatamente o que estamos votando e aprovando. Quero deixar claro que não sou contra nenhum projeto que traga benefícios para o nosso município pelo contrário, tudo que for positivo para São Fernando terá meu apoio. No entanto, é nosso dever, enquanto representantes do povo, garantir que a concessão de bens públicos, como terrenos, seja feita com responsabilidade, critério e transparência. Não podemos correr o risco de aprovar um projeto que, mais adiante, resulte na venda do terreno por terceiros ou em abandono do compromisso assumido, sem que a população usufrua do que foi prometido. Como foi muito bem colocado por outro vereador, há muitas pessoas em São Fernando que aguardam há anos por um terreno para moradia, e sequer tiveram acesso aos terrenos que foram prometidos anteriormente. Portanto, é preciso avaliar com cautela essa proposta de doação, averiguar quem está por trás da entidade, que projetos ela irá implantar e qual contrapartida será oferecida à comunidade. Esse zelo é fundamental para assegurar que os recursos públicos estejam, de fato, sendo bem utilizados. Era essa a minha contribuição. Muito obrigado. Em parte, o vereador Jubson agradeceu ao colega pela concessão da parte. Em relação ao Projeto de Lei que trata da doação de um terreno a uma entidade, gostaria de destacar minha preocupação. Observei que inicialmente o projeto previa a doação de um terreno com área de 128 m² e, posteriormente, foi ampliado para 240 m², sem que fosse claramente apresentada a justificativa para tal alteração. Além disso, considero inadmissível o prazo de cinco anos concedido para que a entidade beneficiada execute a construção no terreno. Com todo respeito, entendo que esse prazo é demasiadamente longo, principalmente se tratando de uma organização que se propõe a trazer benefícios à população de São Fernando. Adiantei, inclusive, que irei apresentar emendas ao projeto, a fim de adequá-lo à realidade e ao interesse público do nosso município. Não me oponho à doação quando ela é feita com critérios e transparência, visando o bem coletivo. Porém, é essencial sabermos exatamente quais são os serviços que essa ONG presta, se de fato há atuação concreta em outros municípios da região do Seridó e quais são os resultados efetivos dessas ações. Dessa forma, sugiro oficialmente que esta Casa Legislativa envie ofícios aos municípios onde essa ONG já atua, para que possamos obter informações concretas acerca dos serviços prestados, do alcance das suas atividades e do impacto



Estado do Rio Grande do Norte

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) 08.221.137/0001-88
PODER LEGISLATIVO



gerado nas comunidades. Acredito que apenas com esses dados em mãos poderemos deliberar com segurança sobre a aprovação ou não deste projeto. Portanto, peço o apoio dos colegas para que possamos tratar essa matéria com responsabilidade, transparência e foco na população de São Fernando, que é, acima de tudo, quem deve ser beneficiada com toda e qualquer iniciativa aprovada nesta Casa. Muito obrigado. Em parte, a vereadora Fernanda comentou que para enriquecer a fala do nobre colega vereador Jubson, gostaria de registrar que, ao analisar atentamente as atividades desenvolvidas por essa organização não governamental, constatei que são, em sua maioria, ações que já são executadas pelo próprio município, por meio do CRAS e da Escolinha de Esportes. Dentre as atividades descritas, estão reuniões comunitárias, oficinas, encontros de casais, hortas comunitárias, sendo que essa horta, inclusive, não seria realizada no imóvel em questão, mas em outro local, além de ações com crianças, escolinha de futebol e atividades com adolescentes. Todas essas iniciativas já são ofertadas pela gestão municipal. Portanto, considero despropositado o uso de patrimônio público para doação a uma entidade externa que não apresenta nenhuma inovação nas práticas ou nos serviços propostos à população de São Fernando. Retomando a fala o vereador Bruno comentou nesse sentido, antes de tomar minha posição definitiva sobre o projeto, quero mais informações. Sugiro que essa entidade seja convidada a apresentar seus propósitos aos vereadores e que a Câmara oficie os municípios onde essa ONG atua, para verificarmos se os serviços prestados lá realmente trouxeram benefícios à população. Antes de encerrar, gostaria de registrar verbalmente uma indicação que me ocorreu neste momento: que o município de São Fernando comece a planejar a criação de um polo industrial. Sabemos que ainda não temos uma infraestrutura nesse sentido, mas é preciso pensar no futuro. Ter um espaço destinado a esse fim pode ser um grande passo rumo ao desenvolvimento econômico do município. Essas foram minhas palavras nesta sessão. Agradeço a atenção de todos, desejo uma boa noite e um abraço a todos os presentes e aos que nos acompanham pelas redes sociais. **Fez o uso da Palavra o Vereador José Dinovan de Araújo**, no qual saúda todos os presentes, como também os internautas, aos nobres colegas vereadores. Gostaria de fazer uso da palavra para comentar as matérias que apresentei nesta Casa Legislativa, as quais considero de grande relevância para o nosso município, especialmente no tocante à preservação do meio ambiente. Tenho observado atentamente os debates travados nesta sessão e vi muitas colocações interessantes a respeito dos projetos em pauta. No entanto, venho aqui defender com ênfase dois requerimentos de minha autoria. O primeiro diz respeito à tributação de resíduos oriundos de construções, uma medida que visa coibir o descarte irregular de entulhos e colaborar diretamente com a proteção ambiental. O segundo trata da trituração de podas, um processo que transforma o material orgânico em adubo, o qual pode ser utilizado pelos agricultores locais na cobertura do solo e no fortalecimento de suas plantações. Ambas as propostas são sustentáveis, de fácil execução, e trarão resultados positivos não apenas para o meio ambiente, mas também para a economia rural do nosso município. Quero, portanto, solicitar aos nobres colegas vereadores o apoio para que essas matérias sejam votadas favoravelmente. Dizer que não há recurso para sua implementação não é justificativa plausível, pois eu mesmo já verifiquei que é possível localizar fontes orçamentárias para a execução. O que realmente se precisa é de vontade política e interesse administrativo. Essas ideias surgiram após acompanhar, através das redes sociais, o relato de um cidadão que apresentou um projeto semelhante, com a instalação de uma usina e aquisição de maquinário apropriado. Achei extremamente relevante, fiz a devida adaptação à nossa realidade e trouxe para esta Câmara Municipal, com o objetivo de que fosse debatido e, posteriormente, encaminhado ao Poder Executivo. Conto com a sensibilidade e o comprometimento de todos os colegas para que possamos aprovar iniciativas que verdadeiramente contribuam com o desenvolvimento sustentável de São Fernando. Em parte, o vereador Jubson queria registrar aqui que tive a oportunidade de ver, pessoalmente, o funcionamento de uma máquina de



Estado do Rio Grande do Norte

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) 08.221.137/0001-88
PODER LEGISLATIVO



trituração de galhos de árvores aquelas que trituram os resíduos de poda no momento em que são coletados. A máquina já recebe os galhos e imediatamente realiza a trituração, transformando o material em fragmentos pequenos, praticamente prontos para utilização como adubo orgânico. Tive esse contato em Natal, e confesso que achei extremamente interessante. A eficiência da máquina é impressionante, realmente muito bacana. Ela reduz significativamente o volume dos resíduos e dá uma destinação útil ao material. Se fosse possível adquirir um equipamento como esse aqui para o nosso município, seria uma grande conquista. No entanto, conhecendo a nossa realidade orçamentária e a lentidão em atender certos pedidos simples, acredito que seria difícil essa aquisição. Para citar um exemplo: já faz bastante tempo que protocolei um pedido nesta Casa solicitando a compra de uma roçadeira mecânica uma máquina acoplada ao trator para realizar a roçagem dos acostamentos das estradas do município. É um equipamento de custo relativamente baixo, e mesmo assim, até hoje, o pedido não foi atendido. Essa roçadeira, além de ser barata, proporcionaria uma grande economia para o município, principalmente nos serviços de manutenção das vias e áreas públicas. Infelizmente, mesmo com a indicação sendo feita há bastante tempo, não houve nenhum retorno por parte do Executivo. Portanto, volto a dizer que essa máquina de trituração seria um investimento importante, tanto na questão ambiental quanto na destinação correta dos resíduos. O material resultante da trituração pode ser aproveitado para adubação e em outras aplicações agrícolas. Gostei muito do projeto apresentado, considero ele viável e de grande utilidade. Agora é acompanhar e ver se o prefeito vai se sensibilizar e atender a essa sugestão. A iniciativa é boa, o projeto é positivo, e torcemos para que avance. Retomando a fala o vereador José Dinovan, em caráter formal, sua atuação no tocante à apresentação de requerimentos voltados à melhoria da infraestrutura e do meio ambiente no município, destacando que atualmente há recursos disponíveis, inclusive oriundos de emendas parlamentares, para projetos dessa natureza, dado o apelo internacional crescente por políticas ambientais, como se vê nas pautas do G20. O parlamentar ressaltou que as propostas apresentadas têm viabilidade técnica e financeira, e citou como exemplo a ideia de construção de uma pista de caminhada, cuja finalidade é atender duplamente à população: tanto àqueles que caminham atualmente em locais sem acostamento, quanto aos que não conseguem utilizar o complexo esportivo devido às elevações e limitações físicas. Destacou ainda que é necessário abandonar a postura de constante reclamação por falta de recursos. Segundo suas palavras, "nenhum prefeito neste governo pode alegar ausência de recursos", afirmando que a responsabilidade da gestão é fazer bom uso do que se tem, sem recorrer ao que chamou de "chororô". Enfatizou que a boa gestão se dá com os meios disponíveis e que não está mais disposto a aceitar justificativas frágeis de gestores que não enfrentam os problemas com firmeza e iniciativa. O vereador reafirmou sua independência e sua identidade política: embora pertença a um grupo, não se considera obrigado a atender todos os interesses pessoais que lhe são apresentados. Destacou que continuará votando conforme sua consciência e entendimento, sempre pautado pelo interesse coletivo, e não por conveniências individuais ou partidárias. Ressaltou ainda sua longa trajetória política, mencionando sua fidelidade à bandeira popular e à história política do município, com raízes no antigo PDS e na militância desde os tempos da Arena. Em relação à análise de matérias legislativas, destacou que, doravante, somente votará após leitura minuciosa, linha por linha, para assegurar o entendimento pleno do conteúdo e votar com responsabilidade. Citou como exemplo seu posicionamento contrário ao veto recentemente discutido, frisando que não se esconderá de suas posições e que cada vereador deve responder por seus próprios atos. Sobre os requerimentos apresentados, reafirmou que fez sua parte ao propor melhorias como a construção de uma nova adutora e a reativação do chafariz. Ressaltou que essas obras são plenamente viáveis, dependendo apenas de vontade política, e que já encaminhou ao Executivo as devidas solicitações. Frisou que, se houver discordância quanto à sua visão, o debate deve ser com a população, pois sua



Estado do Rio Grande do Norte

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) 08.221.137/0001-88
PODER LEGISLATIVO



responsabilidade está sendo cumprida. Referiu-se ainda ao debate recente sobre o projeto do novo Código de Posturas. Considera que o Código de Posturas é uma ferramenta de organização municipal, não uma peça de agrado a prefeitos, o vereador declarou que sua atuação será direta, objetiva, voltada à resolução dos problemas da cidade, rejeitando discursos políticos meramente retóricos. Ressaltou que sua linguagem tem que ser simples e popular porque é com esse povo que se comunica, e é por ele que exerce seu mandato. Em parte, o vereador Chagas para tratar do projeto do novo Código de Posturas do município, manifestando apoio à posição anteriormente exposta pelo vereador José Dinovan. Destacou que o posicionamento do colega está correto ao defender uma revisão mais criteriosa e qualificada do referido código, que, segundo ele, encontra-se desatualizado e inadequado à realidade atual da cidade. Alertou que, caso a Câmara Municipal aprove um texto caduco e este venha a ser implementado de forma literal, as consequências e cobranças recairão, inevitavelmente, sobre os vereadores, uma vez que foram os responsáveis por sua aprovação. Ressaltou que, enquanto isso, o gestor municipal, com a autoridade de aplicar a lei, poderá se isentar politicamente, atribuindo à Câmara toda a responsabilidade pelas medidas impopulares que possam vir a ser adotadas. Como exemplo, mencionou dispositivos presentes no texto que tratam da remoção de estruturas como chiqueiros, o que, se aprovado, poderá gerar impactos diretos e cobranças populares sobre os parlamentares. Reforçou, portanto, a importância de que a Câmara exerça sua autonomia e responsabilidade, analisando cuidadosamente o conteúdo do projeto antes de deliberar sobre sua aprovação. Ao concluir, parabenizou o vereador José Dinovan por sua postura crítica e coerente diante do tema, reiterando a necessidade de que o Legislativo municipal aja com cautela, firmeza e responsabilidade ao tratar de matérias que terão efeitos diretos na vida da população. Retomando a fala o vereador José Dinovan, registrou e requereu providências quanto à situação enfrentada pelo Centro Rural, especialmente pela ausência de professor há mais de trinta dias. Ressaltou a gravidade do problema, informando que, no momento, as aulas estão sendo conduzidas por uma auxiliar, o que tem gerado grande insatisfação por parte das famílias, com razão, segundo o vereador. Relatou, com emoção, que mães chegam a chorar diante da situação, dado o prejuízo educacional que os alunos vêm enfrentando. Solicitou sensibilidade por parte do Poder Executivo para resolver, de forma imediata, esse impasse, e propôs uma reflexão que os responsáveis se coloquem no lugar das famílias prejudicadas. Disse que, quando se adota essa postura empática, os problemas passam a ter outra dimensão. Reforçou que não se trata de um simples erro administrativo, mas de algo que atinge diretamente o futuro das crianças da zona rural. Fez uma analogia com situações no trânsito, em que, mesmo o responsável pelo acidente querendo justificar-se, deve assumir a responsabilidade e agir para resolver o problema. Comparou essa atitude com a forma como espera que a administração pública atue: com resolutividade e não com discursos vazios. Reafirmou que não tem interesse em ouvir "blá-blá-blá", mas em ver soluções concretas. Lamentou que, por muito tempo, tenha buscado resolver as demandas diretamente com os secretários, sem trazer ao plenário, por acreditar que, sendo parte do grupo político, conseguiria as soluções diretamente. Contudo, declarou estar mudando sua forma de atuação, trazendo os problemas à tribuna, para garantir que as demandas não fiquem esquecidas. Em seguida, acrescentou outra preocupação: os calçamentos das vias vicinais, que já apresentam buracos em várias localidades. Alertou que, se não forem feitas manutenções preventivas, os danos podem se agravar, comprometendo ainda mais a malha viária. Disse que os vereadores que transitam pelas áreas rurais são testemunhas da situação, e pediu que as devidas providências sejam tomadas com urgência. Comentou também uma visita feita à comunidade Boa Vista, ocasião em que identificou problemas na estrutura de atendimento médico. Informou que a unidade deveria dispor de duas impressoras, mas uma foi deslocada para Saboeiro e a outra, embora nova, não estava em funcionamento adequado. Relatou que, ao tomar conhecimento do problema, imediatamente se dirigiu



Estado do Rio Grande do Norte

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) 08.221.137/0001-88
PODER LEGISLATIVO



à Secretaria de Saúde para cobrar a solução, e que, após sua intervenção, o técnico foi enviado para resolver a situação. Destacou ainda a importância de os médicos poderem imprimir as receitas de forma legível, evitando que pacientes recebam medicação errada por falhas na interpretação da escrita manual. Disse que isso é um cuidado essencial com a saúde da população e que continuará vigilante nesse tipo de questão. Em parte, o vereador Rubinaldo para reforçar as preocupações apresentadas em plenário, destacando inicialmente o problema relacionado à ausência de professor no Centro Rural, já tratado anteriormente por outros parlamentares. Acrescentou, no entanto, uma outra questão urgente que lhe foi trazida por pais de alunos da Educação Infantil: a ausência de servidores responsáveis pelo acolhimento das crianças nos horários iniciais da manhã. Explicou que, em algumas localidades, o transporte escolar recolhe os alunos por volta das 6h da manhã, e ao chegarem nas escolas, não há ainda nenhum profissional presente para recebê-los. Segundo relatos, as auxiliares se recusam a permanecer com as crianças nesse período, o que tem obrigado muitos pais a conduzi-las por meios próprios de motocicleta ou carro para garantir a segurança dos filhos até que os portões sejam oficialmente abertos ou haja alguém para recebê-los. Reforçou que esse é um problema grave, pois coloca em risco a integridade e o bem-estar das crianças, além de causar transtornos à rotina das famílias. Informou que já comunicou essa situação ao prefeito, e espera que medidas sejam adotadas com urgência para resolvê-la. Na sequência, tratou de outra demanda crítica: o estado de deterioração do calçamento em diversas vias, sobretudo no calçamento em frente à casa do Sr. Joaquim Maia. Segundo o vereador, o principal fator causador dos danos tem sido o excesso de peso transportado por veículos de carga. Explicou que muitos caminhões, em vez de utilizarem as vias federais onde há fiscalização da PRF (Polícia Rodoviária Federal) e balanças para controle optam por trafegar pelas estradas vicinais e pelas ruas do município para escapar da fiscalização. Relatou que veículos chegam a circular com carga e meia acima da capacidade, o que tem contribuído significativamente para o rompimento de calçamentos que, por décadas, permaneceram preservados. Apontou, como exemplo concreto, a situação da estrada do britador e do calçamento do Sr. Joaquim Maia, que após mais de 30 anos sem apresentar problemas estruturais, agora sofre rompimentos constantes por conta desse tráfego irregular. Defendeu que o município deve agir com firmeza, em articulação com o comando da polícia local, para interceptar esses veículos, levá-los até balanças para aferição do peso real e, constatado o excesso, aplicar as devidas penalidades. Sugeriu multas na ordem de R\$ 5.000,00 ou mais, como forma de desestimular esse comportamento recorrente, pois, segundo ele, somente com medidas enérgicas os responsáveis "criarão vergonha" e passarão a respeitar os limites permitidos por lei. Finalizou suas colocações reforçando que esses problemas não podem mais ser ignorados e que o município precisa urgentemente assumir o controle da situação, tanto para preservar a infraestrutura urbana quanto para garantir a segurança e o cuidado com os alunos da rede pública de ensino. Agradeceu a atenção dos presentes. Em parte, a vereadora Fernanda manifestou concordância com a fala do nobre colega vereador Rubinaldo no tocante à problemática da ausência de professores na zona rural. Relatou que também foi procurada por pais de alunos preocupados com a situação e, diante disso, buscou esclarecimentos junto ao secretário de Educação, Sr. João Bosco. Segundo a vereadora, o secretário afirmou estar fazendo o possível e até o impossível para resolver a questão, mas tem enfrentado dificuldades com o comprometimento de alguns profissionais, que inicialmente se comprometem a comparecer, mas, no momento de deslocamento para a zona rural, não cumprem o acordado. Em relação ao transporte escolar, abordado anteriormente por outros vereadores, a vereadora trouxe esclarecimentos adicionais. Disse que participou de uma reunião realizada na zona rural, da qual estiveram presentes também o Sr. João Bosco e a Sra. Lucinha, onde foi deliberado e definido, com anuência de todos os envolvidos, inclusive com a assinatura dos representantes, que seria criada uma rota exclusiva para atender à zona rural. Tal medida foi estabelecida com o objetivo



Estado do Rio Grande do Norte

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) 08.221.137/0001-88

PODER LEGISLATIVO



de organizar os horários de transporte e garantir que as crianças fossem deixadas nas escolas apenas no momento em que já houvesse profissionais presentes para recebê-las. Acrescentou que anteriormente havia apenas uma rota única que atendia tanto os alunos da zona rural quanto os que vinham para a sede do município, o que obrigava o transporte a sair mais cedo, para cumprir todos os horários. Com a nova rota, exclusiva para a zona rural, essa situação deveria ter sido resolvida. No entanto, a vereadora questionou o motivo pelo qual ainda persistem os problemas relatados, se a rota foi devidamente organizada conforme acordado em reunião. Mencionou, ainda, que há relatos de que alunos da sede urbana estão sendo transportados na rota destinada à zona rural, o que vai contra o que foi pactuado. Apontou que, segundo informações recebidas, professores também têm chegado atrasados às unidades escolares, o que compromete todo o planejamento acordado com a comunidade. Diante disso, defendeu a necessidade de diálogo com os profissionais da sede, para que cumpram os horários estabelecidos, pois a rota e o planejamento já foram ajustados para atender às demandas da população rural. Reforçou que é fundamental se colocar no lugar do outro, especialmente quando se trata da educação e segurança das crianças. Finalizou sua fala agradecendo a atenção de todos. Retomando sua fala o vereador José Dinovan nada mais tendo a tratar, encerrou sua fala. Após o fim do expediente o Sr. Presidente declarou aberto a Ordem do Dia e autorizou ao secretário da mesa, a colocar em pauta as matérias que serão votadas: **Projeto de Lei Nº 020/2025**- aprovado por unanimidade dos edis presentes; **Projeto de Lei Nº 021/2025**- aprovado por unanimidade dos edis presentes; **Projeto de Lei Nº 022/2025**- aprovado por unanimidade dos edis presentes; **Projeto de Lei Nº 023/2025**- aprovado por unanimidade dos edis presentes; **Requerimento Nº080/2025** - aprovado por unanimidade dos edis presentes; **Requerimento Nº081/2025** - aprovado por unanimidade dos edis presentes; **Requerimento Nº082/2025** - aprovado por unanimidade dos edis presentes; **Requerimento Nº083/2025** - aprovado por unanimidade dos edis presentes; **Requerimento Nº084/2025** - aprovado por unanimidade dos edis presentes; **Requerimento Nº085/2025** - aprovado por unanimidade dos edis presentes; **INDICAÇÃO Nº 006/2025** - aprovado por unanimidade dos edis presentes; **INDICAÇÃO Nº 007/2025** - aprovado por unanimidade dos edis presentes; **INDICAÇÃO Nº 008/2025** - aprovado por unanimidade dos edis presentes; Não havendo mais nada a ser tratado, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente sessão.

Eu, Ana Amélia Meira Dantas, Digitadora de Documentos, redigi e digitei a presente ata em folhas soltas, numeradas manualmente, seguindo uma sequência contínua a ser encerrada na centésima folha para encadernação, as quais encontram-se assinadas no cabeçalho com a assinatura....., da qual faço uso.